

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 509.282 - SP (2019/0130361-4)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**AGRAVANTE** : LUIS CARLOS VIEIRA  
**ADVOGADO** : MÁRIO JOEL MALARA - SP019921  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. ESTELIONATO. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, COM FUNDAMENTO NA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA RETROATIVA. PRESCRIÇÃO QUE TEM POR TERMO INICIAL DATA ANTERIOR À DA DENÚNCIA OU DA QUEIXA. IMPOSSIBILIDADE (ART. 110, § 1º, DO CP). FATOS OCORRIDOS EM 2011. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERE LIMINARMENTE O *WRIT*.

1. Deve ser mantida a decisão monocrática que indefere liminarmente o *writ*, quando não evidenciado constrangimento ilegal manifesto.
2. Evidenciado que o crime imputado ao ora agravante foi praticado em 2011, não há falar em reconhecimento da extinção da punibilidade pelo advento da prescrição da pretensão punitiva, tendo como termo inicial data anterior à denúncia, uma vez que já estaria em vigor o art. 110, § 1º, do Código Penal.
3. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 04 de junho de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator